

A luta é o caminho para conquistar direitos e defender a educação pública!

Em defesa do caráter público da educação e da garantia da função social das Instituições Federais de Ensino em prol da classe trabalhadora; projeto de carreira única do ANDES-SN para o magistério federal, condições de trabalho, salário e luta contra a reforma da previdência e pela revogação das MPs 664 e 665.

As primeiras medidas adotadas, no final do mandato Dilma e no início do velho novo governo, já demonstraram que os ataques aos direitos dos trabalhadores, especialmente aos docentes e demais servidores públicos federais, serão intensificados. A solução para a crise está sendo pautada na retirada de direitos históricos da classe trabalhadora e no abandono das instituições que prestam serviços públicos, principalmente de educação e saúde. As MPs 664 e 665 atacam frontalmente os direitos previdenciários e do seguro-desemprego.

Os cortes no orçamento de 2015 já são sentidos nas Instituições Federais de Ensino, especialmente pelo fato de que R\$ 7 bilhões foram retirados da educação pública. Algumas universidades já adiaram o retorno do ano letivo, diversos setores, como creches e restaurantes universitários, não estão funcionando, sem contar o corte nas verbas de custeio e investimento nas IFE.

Mais do que nunca, precisamos defender nosso projeto de educação

pública, a revogação da reforma da previdência, a nossa proposta de carreira, valorização salarial e condições de trabalho que garantam a qualidade da educação pública.

É preciso mobilizar a categoria docente para discutir e deliberar sobre a construção da greve nas Instituições Federais de Ensino (IFE). Este quadro só será alterado pela força da mobilização!

Em várias Instituições Federais de Ensino, cursos ou setores inteiros não iniciarão o semestre por falta de infraestrutura e condições de trabalho e ensino e os direitos dos professores estão novamente sendo atacados.



A Instituição Federal de Ensino Público está ameaçada, nossa tarefa é defendê-la!

Defesa do caráter público da Universidade

O conjunto de iniciativas governamentais, incluindo as práticas das chamadas Agências de Fomento, tem aprofundado mais e mais a transferência da Educação para a esfera do lucro privado, repassando recursos públicos e entregando o paradigma educacional para a lógica do

mercado. Portanto, é imperioso colocar o movimento na linha de frente da luta pela garantia do caráter público da universidade, sua autonomia constitucional e que a função social da atividade docente sejam os elementos definidores das políticas de financiamento e do regimento das relações de trabalho.

Condições de Trabalho

O corte no repasse de verbas públicas para a Educação Federal já reflete em cortes nas bolsas, atrasos no pagamento das contas de água e de luz, no não pagamento às empresas terceirizadas, que implicam em problemas para o funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, faz parte do cotidiano das IFE, a falta de professores e técnico-administrativos.

Nos locais em que a Ebserh foi contratada, observa-se seu esgotamento: falta material, quadro de funcionários e os serviços já estão sendo quarteiriza-

dos. Portanto, o falacioso discurso de que a Empresa foi criada para “resolver os problemas de gestão dos Hospitais Universitários” cai por terra e se confirma seu objetivo de intensificar a apropriação do fundo público para os interesses privados.

Somado a essa situação dramática, o que mais afeta os professores é a intensificação do trabalho, a degradação do ambiente acadêmico, a remuneração muito baixa e crescentemente vinculada ao cumprimento de metas, a desestruturação do plano de carreira com evidente retirada de direitos. O resultado tem sido graus crescentes de adoecimento docente.

Garantia de Autonomia

O governo federal mantém o discurso vazio da defesa da autonomia nas instituições federais de ensino, incentivando a Andifes a investir numa pretensa Lei Orgânica, e na prática cria uma série de mecanismos por meio de decretos, portarias, instruções normativas e até mesmo projetos de lei, que limitam a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, atentando contra o princípio da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão.

A forma como foram implantados o Reuni, as Fundações de Apoio e a Ebserh, sem a consulta democrática por dentro dos conselhos universitários, são exemplos condudentes dessa falta de autonomia das IFE.



Reestruturação da Carreira

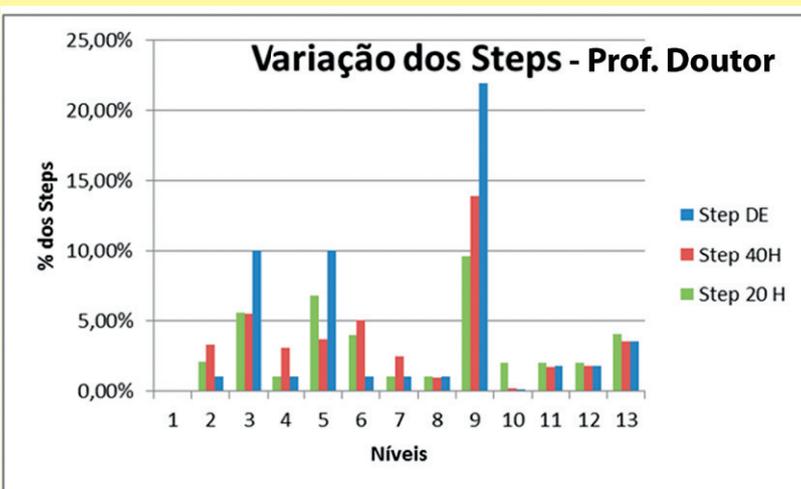
Desde a implantação da Lei 12.772/2012, último ataque mais contundente à nossa carreira, o governo segue impondo a sua destruição através do recorrente adiamento da negociação efetiva para reversão desse quadro. Os referenciais remuneratórios aparecem apenas em tabelas de valores nominais, sem piso, sem relação, nem lógica de evolução, entre classes e níveis, e entre regimes de trabalho e titulações.

Em abril de 2014, o secretário da SESU, em nome do MEC, assinou um documento de concordância com os pontos iniciais para a reestruturação da carreira, apresentados pelo ANDES-SN. Neste documento, pela primeira vez depois de mais de 20 anos, uma autoridade do governo aceita a unificação remuneratória, a definição de conceitos e a autonomia universitária para o desenvolvimento na carreira. E isto só ocorreu como fruto da mobilização docente. Mas, o que parecia, em um primeiro momento, ser o reconhecimento da destruturação da carreira por parte do governo, não teve prosseguimento e as reuniões foram interrompidas.

As reitorias seguem aprovando resoluções internas para progressão e promoção na carreira, com barreiras, e punindo os docentes, ora com critérios produtivistas sem oferecer condições adequadas para desenvolver o tripé, ora negando aos docentes os retroativos financeiros. Ainda em relação à destruturação da carreira, é fundamental a reflexão sobre o reconhecimento de Saberes e Competências na carreira EBTT.

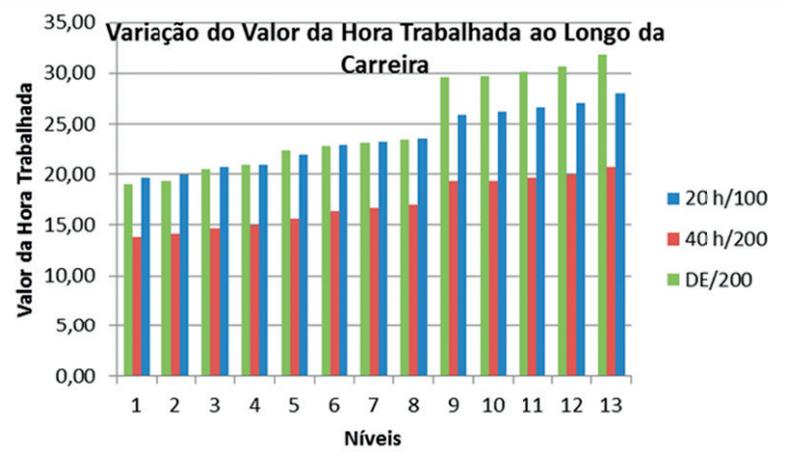
O desafio posto é o de como responder à criação de um reconhecimento que enfatiza ainda mais as discrepâncias entre as carreiras, aprofundando o preconceito em relação ao EBTT, mas que traz aos professores um benefício financeiro. Nesse sentido, é importante promover a discussão do conceito do RSC.

Para o ANDES-SN, o governo deve valorizar os professores, inclusive salarialmente, projetando a vida e a dedicação profissional dos docentes por meio de planos de carreira estruturados.



A carreira do Professor Federal proposta pelo ANDES-SN fixa no texto da Lei os conceitos e relações constituidores de direitos permanentes, enquanto as alterações feitas pelo governo suprimiram os conceitos, remetendo apenas para valores nominais constantes em tabelas anexas. Veja acima o resultado da destruturação atualmente em vigor (1 corresponde ao professor auxiliar 1 e 13 corresponde ao professor titular).

Os steps (degraus) entre níveis e classes perderam qualquer relação remuneratória. Atenção para o fato de que a maior parte dos aposentados está bloqueado no 8 (adjunto 4), o que demonstra a intencionalidade na retirada de direitos!



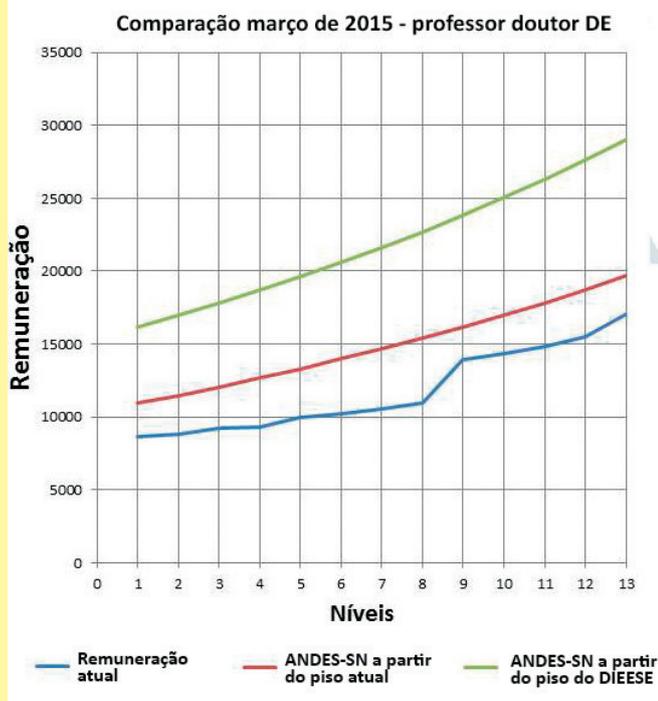
A relação remuneratória entre os regimes de trabalho foi destruída, o que subverte o sentido elementar e constitucional da existência de um piso salarial gerador da malha.

Atenção para o fato de que trabalhar o dobro não significará receber o dobro, e a remuneração da hora trabalhada é totalmente inconstante.

Valorização salarial de ativos e aposentados

A inflação segue derrubando o poder aquisitivo dos salários dos docentes. Além disso, várias medidas que foram tomadas atingem mais gravemente os aposentados e pensionistas. Basta das maquiagens que o governo federal tem aplicado! É preciso reverter efetivamente esse processo tendo como base um piso adequado, gerador do restante da tabela salarial, a partir de parâmetros definidos em lei que se

constituam em direitos permanentes. Precisamos intensificar a luta em defesa dos direitos na aposentadoria, incluindo reverter as perdas impostas aos aposentados e pensionistas e daqueles que estão ingressando após a implementação do regime previdenciário complementar, e que, ao se aposentarem, podem receber até 75% a menos do que seu salário na ativa. É urgente a defesa de uma linha no contra cheque e a revogação da Reforma da Previdência.



Comparação do padrão remuneratório do professor doutor DE, em valores de março de 2015, entre:

(azul) a situação atual, resultado da sequência de destruturações introduzidas pela situação atual;

(verde) a proposta de reestruturação do ANDES-SN, gerada a partir do piso referenciado no salário mínimo do DIEESE;

(vermelho) a proposta de reestruturação do ANDES-SN gerada considerando como piso o menor salário atual (remuneração do professor graduado auxiliar 1, em 20h);

Confira a agenda do Setor das Ifes

MARÇO

Jornada de lutas dos SPF nos estados, com discussão sobre o indicativo de greve unificada dos SPF;

De 2 e 6 de março:

Protocolar a pauta dos docentes das IFE no Ministério da Educação, com cópia para o Ministério do Planejamento, solicitando audiência com o Ministro da Educação;

6 de março:

Ato Nacional no Rio de Janeiro e nos estados contra a privatização do SUS e contra a Ebserh;

De 16 a 25 de março:

Rodada de Assembleias gerais das seções sindicais do Setor para:

- Discutir a mobilização da categoria, atualização da pauta local, SPF e a definição de estratégias de luta e negociação;
- Discutir sobre a construção da greve nas IFE, para que seja avaliada na reunião do Setor das Ifes;
- Pautar nas assembleias a realização de um dia de paralisação na semana da jornada de lutas dos SPF em abril;

28 e 29 de março:

Reunião do Setor das Ifes em Brasília;

ABRIL

7 a 9 de abril:

Jornada Nacional de Lutas, em Brasília, com a discussão sobre o indicativo de greve dos SPF.

26 de Março: Lançamento da Cartilha do Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já, em Brasília-DF!

EXPEDIENTE:

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br
Diretora responsável: Marinalva Oliveira // Redação, edição e diagramação: Imprensa ANDES-SN